

Documento de Área 2004-2006
Ciências Sociais Aplicadas I
(Comunicação, Ciência da Informação e Museologia)

1. A área de avaliação

No último ano do triênio 2004-2006 a área de avaliação Ciências Sociais Aplicadas I é constituída por 24 Programas de Pós-graduação em Comunicação, 8 em Ciência da Informação e 1 em Museologia. Os PPGs de Comunicação configuram, em 2006, um universo composto por 11 cursos de Mestrado e 13 Programas de Mestrado e Doutorado, já o sistema nacional de pós-graduação em Ciência da Informação é composto por 3 Mestrados e 5 Programas de Mestrado e Doutorado, enquanto em Museologia temos apenas um curso de Mestrado. No conjunto, portanto, foram avaliados no triênio 33 Programas de Pós-Graduação, 18 dos quais incluem Doutorados, enquanto os outros 15 oferecem apenas Mestrados. Temos, assim, um crescimento de 27% de Programas avaliados na Área em relação ao último triênio.

Os PPGs de Comunicação envolveram em 2006 um total de 384 docentes, enquanto os de Ciência da Informação foram compostos por 133 docentes. Os corpos permanentes das duas áreas do conhecimento envolveram, respectivamente 304 e 94 professores. O curso de mestrado em Museologia conta em 2006, seu primeiro ano de funcionamento, com um total de 18 docentes, sendo 14 permanentes (Ver tabelas 1, 3 e 5). Este conjunto de Programas acolheu nesse mesmo ano um total de 2051 estudantes de pós-graduação na área de Comunicação, 539 discentes na área de Ciência da Informação e 11 na área de Museologia.

É de se notar que, de par com o aumento de mais de 9% do corpo docente permanente total dos programas, houve uma diminuição de 42% no número de outros participantes (colaboradores, visitantes etc.). Como veremos mais adiante, passamos, em três anos, de uma situação em que a proporção de docentes permanentes em relação ao corpo docente total era de 64%, aquém, portanto, dos padrões de excelência da Área (mínimo de 70%), para uma proporção de 73%. Isso demonstra, de forma cabal, o esforço de ajuste dos programas e o sucesso obtido nesse quesito.

Corpo docente	2003	2006
Docentes permanentes	278	304
Docentes colaboradores e visitantes	139	80
Total docentes	417	384

Tabela 1: corpo docente dos PPGs em Comunicação

INSTITUIÇÃO	NÚMERO DE DOCENTES										
	NRD6	PERMANENTE				Outros NRD	COLABORADOR/VISITANTE				
		2003	2004	2005	2006		Média/ Triênio	2003	2004	2005	2006
UFPE	9	8	8	12	9.3	1	2	1	1	1.3	
UFBA	9	10	11	12	11	7	4/1	3/1	4	4.3	
UFRJ	18	20	19	19	19.3	5	2	3	3	2.3	
UFF	11	12	10	10	10.6	13	6	5	4	5	
UERJ	8	11	11	11	11	7	4/1	2	2	3	
PUC/RIO	5	8	8	10	8.6	2	1	-	-	0.3	
UFMG	7	9	8	9	8.6	4	3	4	4	3.6	
USP	70	60	60	42	54	51	51	33	7/1	30.6	
UNICAMP	11	8	8	9	8.3	11	4	5/2	4	5	
UNESP	18	12	14	14	13.3	4	7	5	3	5	
PUC/SP	19	19	19	17	18.3	6	4	4/1	4/1	4.6	
UMESP	15	12	12	11	11.6	2	4	4	4	4	
UNIMAR	12	13	12	12	12.3	4	3/2	3/2	2/2	4.6	
UNIP	10	10	10	10	10	-	3	3	1	2.3	
UTP	10	10	10	11	10.3	-	1/1	2/5	3/5	5.6	
UFRGS	8	9	9	10	9.3	7	3	3	2/1	3	
PUC/RS	16	20	20	20	20	3	1/3	1/3	1/4	4.3	
UNISINOS	11	14	17	15	15.3	12	3/4	2/3	7/3	7.3	
UNB	11	11	12	12	11.6	-	-	-	-		
FCL	-	-	-	8	8		-	-	3	-	
UNISO	-	-	-	7	7		-	-	2	-	
FAM	-	-	-	8	8		-	-	1	-	
ESPM	-	-	-	7	7		-	-	-	-	
UFSM		-	-	8	8		-	-	1	-	
TOTAL	278	276	278	304	286	139	118	100	80	99.3	

Tabela 2: Evolução do corpo docente dos PPGs em Comunicação

Corpo docente	2003	2006
Docentes permanentes	64	94
Docentes colaboradores e visitantes	19	41
Total docentes	83	135

Tabela 3: corpo docente dos PPGs em Ciência da Informação

INSTITUIÇÃO	NÚMERO DE DOCENTES									
	NRD6	PERMANENTE				Outros NRD	COLABORADOR/VISITANTE			
		2003	2004	2005	2006		Média/Triênio	2003	2004	2005
PUCCAMP	9	6	5	4	5	2	5	6	5	5.3
UFBA	6	10	12	12	11.3	2	2	2	4	2.6
UFSC	8	9	9	12	10	6	4	2/1	3/1	3.6
UFMG	16	15	17	16	16	4	5	3	6	4.6
UNB	9	12	14	12	12.6	3	4/1	2/1	7	5
UNESP	7	8	10	12	10	2	1	2	1/1	1.6
UFF	-	12	16	16	14.6		5	2	2	3
USP	-	-	-	10	3.3	-	-	-	10/1	3.6
UFRJ	9	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL	64	72	83	94	83	19	27	21	41	29.6

Tabela 4: Evolução do corpo docente dos PPGs em Ciência da Informação

Corpo docente	2006
Docentes permanentes	14
Docentes colaboradores e visitantes	4
Total docentes	18

Tabela 5: corpo docente do PPG em Museologia

A área de Comunicação titulou no período 1.655 discentes – 1.169 mestres e 486 doutores. No último triênio esses números eram de 1.853 titulados, sendo 1.398 mestres e 455 doutores. Houve, portanto, uma diminuição de 16% no número de mestres formados, e um aumento de 7% no número de doutores. Os programas de Ciência da Informação titularam, no triênio, 289 mestres e 61 doutores (total de 350 titulados), o que representa uma evolução de 30% em relação ao triênio anterior, no qual os programas titularam 228 mestres e 43 doutores. Por nível de titulação, houve um aumento de 26% no número de mestres titulados, e de 41% no de doutores.

A diminuição no número de titulados na Área de Comunicação se deve, até certo ponto, à subdivisão do PPG da ECA/USP, que levou parte de seus docentes com seus respectivos orientandos a saírem do PPG de Comunicação para formar o Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação da instituição. Os ajustes

realizados pelos programas nos seus quadros docentes, notadamente no corpo de colaboradores, também são responsáveis pela diminuição do número total de discentes da Área.

Feita essa ressalva, podemos considerar que o conjunto da área de avaliação teve um crescimento considerável nos últimos anos em todos os requisitos. No entanto, tal crescimento não se deu da mesma forma nas áreas de conhecimento nela reunidas. A pós-graduação da área de Ciência da Informação teve uma evolução constante em número de programas, porém discreta e insuficiente para acompanhar o crescimento do sistema nacional de pós-graduação. Paralelamente à expansão da sua graduação, a área de Comunicação, por sua vez, cresceu de forma acelerada. Em termos comparativos, as duas áreas possuíam volumes muito próximos há alguns anos e foram se distanciando com o tempo. Em 1996, havia cinco Programas em Ciência da Informação e oito em Comunicação. Dez anos depois e Ciência da Informação se compõe agora de oito Programas enquanto em Comunicação este número subiu para 24. Este contraste é ainda mais expressivo no número de Doutorados. Em 1996 estes eram em número de dois em Ciência da Informação e quatro em Comunicação. Dez anos depois, os Doutorados em Ciência da Informação aumentaram de dois para cinco, enquanto os de Comunicação passaram de quatro para treze.

A pequena expansão do número de Programas na área de Ciência da Informação pode ser vista na tabela abaixo, que inclui os últimos quatro períodos de avaliação:

	1996	1997	1998	1999	2000	Triênio 2001/2003			Triênio 2004/2006		
						2001	2002	2003	2004	2005	2006
M	3	3	3	2	2	3	3	4	4	3	3
M/D	2	2	2	3	3	3	3	3	3	4	5
Total	5	5	5	5	5	6	6	7	7	7	8

Tabela 6: evolução do número de PPG em Ciência da Informação

Este é o mesmo período em que a área de Comunicação, que se tinha estabilizado consideravelmente desde os anos 70 até o início dos anos 90, cresce mais rapidamente, como se verifica na tabela abaixo:

	1996	1997	1998	1999	2000	Triênio 2001/2003			Triênio 2004/2006		
						2001	2002	2003	2004	2005	2006
M	4	6	8	5	5	6	8	7	7	7	11
M/D	4	4	4	8	9	9	10	12	12	12	13
Total	8	10	12	13	14	15	18	19	19	19	24

Tabela 7: Evolução do número de PPG em Comunicação

A evolução mais notável nas duas áreas, entretanto, diz respeito ao número de titulados, principalmente no que tange à formação de doutores. No período referente às quatro últimas avaliações, a pós-graduação de Ciência da Informação formou 139 novos doutores e 821 mestres. O número é particularmente expressivo no doutorado, como se pode depreender na tabela abaixo, pois no triênio 1998/2000 trinta estudantes foram titulados neste nível, enquanto neste triênio 2004/2006 a área doutorou 61 discentes, o que significa um aumento de 103%. Além disso, como o conjunto dos orientadores que constituem os núcleos docentes dos Programas na área é de apenas 94 professores neste momento, a titulação de 20 doutores em média por ano no triênio e de 61 no período garante uma excelente taxa de incremento de doutores/ano na área.

	1996	1997	Triênio 1998/2000			Triênio 2001/2003			Triênio 2004/2006			Total
			1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
M	47	52	55	67	84	95	69	64	72	97	119	821
D	01	04	12	9	9	10	14	19	18	27	16	139
Total	48	56	67	76	93	105	83	83	90	125	135	960
Mestre Triênio			206			228			288			
Doutores Triênio			30			43			61			
Total Triênio			236			271			349			

Tabela 8: Evolução da titulação de mestres e doutores em Ciência da Informação

INSTITUIÇÃO	2004		2005		2006		Total/Triênio		Total/Def. Triênio
	Dissert.	Teses	Dissert.	Teses	Dissert.	Teses	Dissert.	Teses	
PUCCAMP	31	-	23	-	23	-	77	-	77
UFBA	5	-	12	-	14	-	31	-	31
UFSC	-	-	9	-	8	-	17	-	17
UFMG	18	5	28	12	18	6	64	23	87
UNB	6	2	13	3	28	6	47	11	58
UNESP	7	-	12	-	9	-	28	-	28
UFF	5	11	-	12	12	-	17	23	40
USP	-	-	-	-	7	4	7	4	11
TOTAL	72	18	97	27	119	16	288	61	349

Tabela 9: Evolução da titulação de mestres e doutores dos PPGs em Ciência da Informação no triênio

Em Comunicação os números são ainda maiores. A área formou 1.296 doutores e 3.674 mestres em apenas dez anos (cf. tabela 9). Em 1996, a pós-graduação da área foi capaz de formar 54 doutores, poucos anos depois, em 2000, alcançou a marca de 100 novos doutores por ano, para chegar ao triênio 2001/2003 a uma média de 151 doutores/ano, sendo que neste triênio 2004/2006 a média chegou a 162 doutores/ano. Isso tudo para um corpo docente permanente que chegou no último ano do triênio a 304 professores, sendo que no último ano do triênio 2001/2003 esse número era de 278 professores. Houve, portanto, um aumento de apenas 9% (ver tabela 1) no corpo permanente dos programas nos últimos três anos, do que se desprende que apenas uma parte minoritária dos novos doutores atua no sistema nacional de pós-graduação da área. Isto provavelmente significa que aquilo que observamos no triênio anterior continua atual: neste momento o Brasil tem doutores em Comunicação em número suficiente para promover, num tempo relativamente curto, uma expansão ainda maior da pesquisa e da pós-graduação na área. Significa, também, que a área tem ampliado sua geração de doutores para o ensino na Graduação – o que prefigura um aporte qualitativo para essa formação.

Tal expansão já vem se verificando, pois que no último triênio o SNPG da Área passou de 19 para 27 programas credenciados pela Capes (aumento de 42% em 3 anos), mesmo que apenas 24 tenham sido submetidos à avaliação trienal, já que três deles vieram a dar início às suas atividades no primeiro semestre de 2007. Ademais, é igualmente verdadeiro que o sistema nacional de pós-graduação em Comunicação, com sua capacidade de titular quase 600 discentes por ano, vem se mostrando habilitado para responder com eficiência às necessidades de formação em alto nível de docentes de graduação na área.

Excluído: ¶
¶

			Triênio 1998/2000			Triênio 2001/2003			Triênio 2004/2006			Total
	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	
Mestres	146	144	185	282	350	411	491	496	360	443	366	3674
Doutores	054	055	059	087	100	105	178	172	175	166	145	1296
Total	200	199	244	369	450	516	669	668	535	609	511	4970
Mestres/ Triênio			817			1398			1169			
Doutores/ Triênio			246			455			486			
Total/ Triênio			1063			1853			1717			

Tabela 10: Evolução da titulação de mestres e doutores em Comunicação

INSTITUIÇÃO	2004		2005		2006		Total/Triênio		Total/Def. Triênio
	Dissert.	Teses	Dissert.	Teses	Dissert.	Teses	Dissert.	Teses	
UFPE	11	-	21	-	13	-	45	-	45
UFBA	18	8	19	1	6	5	43	14	57
UFRJ	36	24	20	12	14	17	70	53	123
UFF	13	-	15	-	14	2	42	2	44
UERJ	9	-	10	-	8	-	27	-	27
PUC-RJ	-	-	10	-	12	-	22	-	22
UFMG	16	-	15	-	9	-	40	-	40
USP	71	59	71	45	51	53	193	157	350
UNICAMP	17	6	23	9	9	8	49	23	72
UNESP	-	-	41	-	21	-	62	-	62
PUC/SP	53	44	40	52	50	28	143	124	267
UMESP	18	8	29	13	18	7	65	28	93
UNIMAR	1	-	29	-	21	-	51	-	51
UNIP	12	-	28	-	22	-	62	-	62
UTP	15	-	15	-	17	-	47	-	47
UFRGS	15	2	13	3	8	1	36	6	42
PUC-RS	22	13	21	20	23	12	66	45	111
UNISINOS	17	11	10	11	17	12	44	34	78
UNB	16	-	13	-	18	-	47	-	47
FCL	-	-	-	-	15	-	15	-	15
UNISO	-	-	-	-	-	-	-	-	
FAM	-	-	-	-	-	-	-	-	
ESPM	-	-	-	-	-	-	-	-	
UFSM	-	-	-	-	-	-	-	-	
TOTAL	360	175	443	166	366	145	1.169	486	1.655

Tabela 11: Evolução da titulação de mestres e doutores dos PPGs em Comunicação no triênio.

2. Procedimentos da Avaliação

O Comitê da área de Ciências Sociais Aplicadas I realizou a avaliação dos 33 Programas de Comunicação, Ciência da Informação e Museologia em duas fases, respectivamente nos períodos de 16 a 20 de julho de 6 a 10 de agosto de 2007. Em ambas as fases, o Comitê trabalhou dividido em duas sub-comissões, repartidas pelas duas áreas de conhecimento abrangidas nesta área de avaliação. A Área de

Museologia, por ter apenas um Programa a ser avaliado, contou com a colaboração pontual da Profa. Maria Margaret Lopes (Unicamp), que integrou a sub-comissão de Ciência da Informação especialmente para este fim. A sub-comissão de Comunicação foi composta por Adilson Odair Citelli (USP), José Luiz Warren Jardim Gomes Braga (Unisinos), José Salvador Faro (Umesp), Luiz Cláudio Martino (UnB), Paulo Carneiro da Cunha Filho (UFPE), Rousiley Celi Moreira Maia (UFMG) e Simone Pereira de Sá (UFF) além do representante de área. A sub-comissão de Ciência da Informação foi composta por Eduardo José Wense Dias (UFMG), Johanna Wilhelmina Smit (USP) e Sandra Lúcia Rebel Gomes (UFF).

A escolha dos consultores orientou-se por princípios voltados para assegurar o necessário conhecimento do funcionamento do sistema de pós-graduação e uma renovação no conjunto dos avaliadores, introduzindo-se novos olhares e novas perspectivas. Assim, quatro dos sete consultores da área de Comunicação e um dos três da área de Ciência da Informação não havia participado da avaliação no triênio passado.

Na primeira fase da avaliação: a) foram discutidos critérios, princípios, procedimentos e parâmetros da avaliação geral; b) a nova ficha de avaliação foi testada em alguns Programas à luz dos critérios da Área recém-atualizados; c) foram distribuídos os materiais (cadernos e planilhas) para o trabalho individual dos membros das sub-comissões voltados para a preparação da última fase da avaliação. Na última fase, as sub-comissões dedicaram-se às rotinas fundamentais da avaliação trienal da Capes: exame coletivo dos relatórios anuais dos Programas, discussão dos julgamentos de quesitos e itens sob avaliação, preenchimento das Fichas de Avaliação e atribuição dos conceitos.

Os procedimentos foram todos orientados para assegurar a adoção de um padrão unitário de ponderação e julgamento para toda a área de avaliação e um conjunto partilhado por todos de princípios que configurassem um espírito de avaliação o quanto possível homogêneo. Para tanto, adotou-se um sistema de trabalho que prescrevia que, após examinado pelos avaliadores, cada quesito e cada item da ficha de avaliação fosse examinado, discutido e avaliado de maneira detalhada e cuidadosa pelo conjunto dos consultores de cada área, tomando-se todo o cuidado possível para: a) garantir que a interpretação dos dados consignados fosse ato coletivo e consensual; b) diminuir ao mínimo a possibilidade de erro de interpretação ou leitura dos dados; c) reduzir o quanto possível incoerências e discrepâncias no padrão de julgamento aplicado ao conjunto dos programas.

No intervalo entre os dois momentos da avaliação em grupo, os avaliadores procederam individualmente ao levantamento de dados e preenchimento de uma versão provisória da Ficha de avaliação. Depois disso, o Comitê se reuniu novamente na Capes para a fase final e intensiva de trabalhos cuja rotina consistiu:

a) no exame e discussão, pelo conjunto dos avaliadores das sub-comissões, dos pareceres dos consultores sobre cada quesito de cada Programa; b) em compatibilizar o julgamento de cada quesito de cada Programa com o julgamento do mesmo quesito no conjunto dos programas de cada área; c) em elaborar e aprovar coletivamente os conceitos atribuídos e as Fichas de Avaliação de cada programa.

Cada dado foi efetivamente verificado, cada julgamento foi discutido coletivamente, cada texto refeito várias vezes. Procurou-se ao máximo conferir ao preenchimento de cada item um padrão de abordagem, de julgamento e de redação que eliminasse, até onde isso fosse possível, desigualdades no tratamento dos diferentes Programas decorrentes da subjetividade própria a cada avaliador. Também, as fichas de avaliação foram preenchidas em um nível de detalhamento e de apresentação das bases de julgamento aplicadas apto a propiciar às coordenações qualquer recurso em caso de conflito de interpretação com o comitê. Ao apontar insuficiências, procuramos oferecer indicações suficientes para facilitar sua superação. No final, esperamos ter fornecido às áreas avaliadas a melhor avaliação possível dos seus programas e cursos.

2.1 - Sobre a utilização do SIR pela Comissão

No inevitavelmente curto período de experimentação com o SIR, pudemos constatar que se trata, efetivamente, de um instrumento produtivo para uma avaliação rigorosa e sistemática, assegurando, nos itens abrangidos, uma comparabilidade segura entre os Programas avaliados.

Por outro lado, entendemos que seu uso eficaz depende de um cuidado severo na definição das faixas que caracterizarão os diferentes conceitos.

Quanto a este primeiro aspecto do uso, informamos ter realizado várias simulações que, entretanto, não pareciam corresponder proximamente, ou com maior validade, às avaliações “manualmente” realizadas pela Comissão nos quesitos/itens correspondentes.

Acreditamos que, com um tempo maior e uma experimentação mais ampla de simulações, encontraremos as faixas de maior validade em futuro próximo. Percebe-se que a definição de faixas é o elemento sensível para assegurar a boa utilização.

Um segundo aspecto do uso, nas circunstâncias, corresponde ao fato de que a Comissão realizou (como estabelecido nos critérios da área) um trabalho de glosa da produção docente e da produção discente no triênio, descartando parte da produção e/ou estabelecendo redutores parciais – por pertinência de área de conhecimento e/ou às áreas de concentração e linhas de pesquisa; e para

diferenciar publicação no próprio programa ou algures. Essa glosa, naturalmente, é mais ampla em alguns programas e às vezes residual em outros.

Dada a intensidade do trabalho de avaliação no conjunto de itens em andamento na semana, a Comissão concluiu que não teria condições de ingressar as glosas no sistema SIR, para compatibilizar as duas mensurações. Assumimos como mais urgente – e mesmo imprescindível – assegurar que a avaliação de base estivesse rigorosa e completa até o fim da semana de trabalho.

Com isso, a diferença de resultados em conceitos, entre o SIR e a avaliação “caso a caso”, decorre dessa diversidade de dados (glosados na avaliação diretamente feita pela Comissão; e não glosados pelo SIR). Diferença na qual, é claro, o maior rigor (e portanto a maior validade) se encontra na avaliação da Comissão.

Apesar destas considerações – que se devem naturalmente às circunstâncias, ao tempo disponível desde o contato inicial com o SIR e à concorrência com as tarefas coletivas da Comissão – reiteramos o interesse futuro do SIR e sua potencialidade como ferramenta complementar para a avaliação futura.

3. Critérios e princípios empregados

3.1 – Do estabelecimento dos critérios e princípios

A nossa área tem considerável experiência na institucionalização dos critérios, parâmetros e princípios empregados pelas suas sub-comissões na avaliação. Neste sentido, foi uma das primeiras áreas de avaliação a substituir a prática da produção de critérios e parâmetros *ad hoc* e no momento da avaliação por procedimentos deliberativos relativamente longos, de muito anteriores ao ato de avaliação e envolvendo um fórum nacional de coordenadores de programas, além das direções executivas das associações nacionais de pós-graduação de cada uma das áreas do conhecimento.

Desde 1996 a área de avaliação Ciências Sociais Aplicadas I da Capes instituiu as reuniões periódicas para constituição e revisão dos critérios e parâmetros empregados nas avaliações seguintes dos programas de pós-graduação das áreas de Comunicação e Ciência da Informação. Desde então, trata-se de uma reunião com os coordenadores de programas ou seus representantes, certificada e acompanhada pelas diretorias da Compós, no caso da Comunicação, e da Ancib, no caso da Ciência da Informação. A orientar a existência de tais reuniões, há um claro princípio de política de pós-graduação que vem se instalando na área desde a metade dos anos 90 e que se pode tentar resumir na seguinte proposição: para se construir e consolidar uma área de conhecimento, os critérios, os parâmetros e as ponderações da avaliação não devem ser construídos *ad hoc*, por comissões científicas convocadas para tanto, e aplicados retroativamente no julgamento do

desempenho passado dos programas, como costumava acontecer; critérios, parâmetros e ponderações devem ser contratados pela comunidade de pós-graduação da área e transformados em orientadores de desempenho antes de poderem funcionar como orientadores de julgamento do desempenho progressivo.

Essas reuniões são fundamentais para oferecer a máxima visibilidade possível ao processo de avaliação e, sobretudo, para aproximar o ato da avaliação de perspectivas de construção de área, distanciando-o, por outro lado, de um mero comportamento ritualizado da administração pública voltado para a distribuição periódica de punição e recompensas. De tal forma que depois dessas reuniões de revisão, a comunidade de pós-graduação sabe exatamente como será avaliada posteriormente e, portanto, quais são as direções, os ângulos e as inflexões a que o sistema nacional de pós-graduação da área se impõe neste momento.

As reuniões ganharam a forma de um fórum democrático do sistema nacional de pós-graduação nas áreas de Comunicação, de Ciência da Informação e de Museologia. É o momento no triênio em que o sistema se abre para a alteração, a revisão, a correção ou o reforço de rumos segundo o interesse da comunidade de programas da área. Depois disso, o contrato está estabelecido até a próxima revisão periódica e o empenho dos contratantes passa a se concentrar na formulação e implementação de políticas internas, nos respectivos programas, dedicadas ao ajuste aos critérios e parâmetros de área.

Com a crescente institucionalização da prática, os participantes das reuniões de revisão trabalham à luz de três referências institucionais mutuamente relacionados: os interesses e políticas da própria área de conhecimento, o sistema nacional de pós-graduação coordenado pela Capes e o sistema nacional de ciência e tecnologia. O primeiro sistema de referências vem se constituindo *pari passu* com o incremento da consolidação da área e com o aumento, quantitativo e qualitativo, do conjunto das suas lideranças responsáveis pelas políticas acadêmicas. Responde, naturalmente, ao que a área quer de si mesma, quais são suas metas e suas agendas, para onde pretende ir. Este sistema de referência se realiza no cruzamento dos outros dois. Responsavelmente, os líderes e gestores das políticas científicas e acadêmicas da área sabem da impossibilidade de uma mentalidade solipsista em ciência e tecnologia. O estágio atual - suas políticas, sua agenda, sua sinalizações para o futuro - tanto do sistema nacional de pós-graduação quanto do sistema que controla o fomento (mas também prestígio e distinção no campo científico) em ciência e tecnologia é fator altamente considerável nas decisões internas sobre as políticas de pós-graduação da área.

Considerar os sistemas cujas linhas de força o atravessam, significa, para o sistema de referência interno da área, pelo menos três coisas: a) antes de tudo, *conhecimento* - conhecer como funcionam, como estão estruturados e quais são as direções que

nesse momento se impõem os outros dois sistemas de referência, torna-se decisivo para o estabelecimento de qualquer política interna conseqüente e fecunda para a área do conhecimento; b) além disso, *autonomia e negociação* – é mister envidar esforço para aproveitar todos os espaços possíveis de autonomia para garantir as próprias políticas e para aproveitar todas as oportunidades possíveis de negociação para tentar assegurar respeito às agendas da área nos outros sistemas. Essas reuniões vêm representando, sem dúvida alguma, uma exploração altamente qualificada e responsável de autodeterminação dos nossos programas, cujo resultado imediato tem significado um crescente desenvolvimento da consolidação das nossas áreas do conhecimento.

Os critérios empregados nesta avaliação trienal têm sua origem, portanto, em 1998, quando a representação de área coordenou um processo de formulação e exame dos critérios que estabelecem o perfil de excelência (curso 5) na área, num movimento que culminou com a discussão e aprovação de tais critérios pelos coordenadores de programas reunidos nos fóruns das associações de programas de pós-graduação das duas áreas de conhecimento implicadas, a saber, a ANCIB, para área de informação, e a Compós, para a área de comunicação.

No triênio 2004/2006, foram realizadas três reuniões coletivas, reunindo coordenadores das três áreas que conformam a área em avaliação, duas em Brasília e uma Universidade do Estado do Rio de Janeiro, UERJ, além de reuniões parciais no seio da Compós e da Ancib. Tais reuniões tinham como objetivo a atualização dos critérios da Área, de seu “Perfil de Excelência” (ver abaixo), e da adequação destes à nova ficha de avaliação, deixando-se a atualização dos seguintes documentos para reuniões ulteriores: “Perfil dos Cursos 6 e 7”. Na última reunião foi criada uma comissão incumbida de apresentar proposta de pontuação para as produções técnica e artística da Área.

No que diz respeito à avaliação da produção intelectual dos docentes, e como resultado tanto das discussões havidas nos encontros de coordenadores como também da quantificação desta produção no momento da avaliação trienal, a diversidade de comportamentos das três áreas em avaliação ficou muito patente, impondo a adoção de critérios diferenciados em dois aspectos:

a) a inclusão, na quantificação da produção de Ciência da Informação, de textos completos publicados em anais de congressos, desde que os mesmos anais tenham sido publicados com ISBN ou ISBD. A decisão, que ainda não gerou qualquer efeito prático na avaliação do triênio 2004/2006, resulta de uma discussão de anos no interior da área de avaliação, e na qual sistematicamente os programas de Ciência da Informação enunciavam sua discordância em relação à desconsideração dessa produção. Esta decisão pressupõe que seja elaborado um Qualis de eventos, por ora inexistente.

b) a determinação de faixas comparativas diferenciadas entre, por um lado a área de Comunicação e por outro lado as áreas de Ciência da Informação e Museologia. Esta decisão, cuja necessidade ficou patente por ocasião da avaliação trienal, resulta da constatação segundo a qual a média de publicações dos docentes permanentes entre as diferentes áreas é muito diferenciada, razão pela qual a adoção de um parâmetro único falsearia completamente o resultado, ou menosprezando o esforço quantitativo muito mais importante dos docentes de Comunicação ou exigindo dos docentes de Ciência da Informação e Museologia a conformação a um patamar de publicações irreal, face à série histórica observada ao longo dos últimos anos.

A decisão aqui relatada se sustenta na seguinte comprovação numérica: a área de Ciências Sociais Aplicadas I estabeleceu como critério de excelência a publicação média de 2 títulos por docente permanente/ano, meta esta atingida por grande parte dos docentes de programas de Comunicação, mas alcançada (e superada) por um único programa de Ciência da Informação e não alcançada pelos docentes permanentes do curso de Museologia. Com efeito, a produção média dos docentes permanentes de Ciência da Informação, no triênio 2004/2006, situa-se em 1.65, e a produção média do único ano de funcionamento do curso de Museologia é de 1.14. Este último dado, entretanto, é pouco significativo, visto que nos programas funcionando há mais tempo, o índice anual é obtido pela média do triênio.

Em função da constatação acima, adotaram-se faixas diferenciadas para conceituar a produção intelectual das áreas, o que foi devidamente registrado nas fichas de avaliação ao explicitar as faixas de avaliação.

3.2 – O perfil de excelência da Área de avaliação

Perfil de Excelência da Área

A consecução da excelência no sistema nacional de pós-graduação localiza o curso ou programa nos pontos 5, 6 ou 7 da escala de classificação da Capes. Um curso com conceito 5 deverá, em seu conjunto, ter atingido a excelência do padrão de qualidade estabelecido pela área de conhecimento. As notas 6 e 7 são reservadas para uma ulterior distinção no interior do conjunto dos programas considerados de excelência. As indicações abaixo se referem, portanto, aos cursos ou programas a serem classificados como de **excelência** pela área.

1. Quanto à proposta do programa ou curso

Uma proposta atinge a excelência quando

- a) Em todos os âmbitos da atividade própria da pós-graduação - pesquisa, orientação e ensino - reflete de maneira unitária, coerente, clara e fecunda o propósito precípua da sua especialidade, a saber, formar bons pesquisadores, em se tratando de programas acadêmicos, e formar profissionais de alto nível, quando se trata de mestrados profissionais;
- b) Integra perfeitamente área(s) de concentração, linhas de pesquisa, projetos de pesquisa, produção intelectual e estrutura curricular de modo tal que: i) a(s) área(s) de concentração delimite(m) de maneira clara o objeto de especialidade da produção de conhecimento e da formação realizada no Programa e oferecida por ele; ii) as linhas de pesquisa constituam a restrição temática, o recorte específico da área de concentração representado pela capacidade docente instalada no Programa, num dado momento; iii) os projetos de pesquisa e a estrutura curricular reflitam e concretizem as linhas de pesquisa e área de concentração com a sua execução; iv) a produção intelectual docente e discente, teses e dissertações reflitam e concretizem as linhas de pesquisa e área de concentração como seu produto;
- c) Demonstre que o Programa dispõe da infra-estrutura necessária ao seu bom funcionamento: i) recursos de informática; ii) acesso à Internet; iii) recursos bibliográficos, com especial destaque para assinaturas de periódicos; iv) ações e suportes para a difusão científica.
- d) Apresente uma estrutura curricular que, tanto do ponto de vista do elenco quanto da perspectiva de oferta, abrigue disciplinas e seminários em volume adequado à dimensão do corpo discente, à creditação exigida do estudante, ao número e especialidade das linhas de pesquisa; oferecendo, ainda, reais opções aos estudantes para sua composição individual de elenco.
- e) A avaliação da formação oferecida e do conhecimento produzido pelo programa será feita também à luz da sua **inserção ou do seu distanciamento da área de conhecimento da Comunicação, da Ciência da Informação e da Museologia**. Por consequência, será considerada a percepção da **relevância e do impacto sobre a área** do conhecimento de todas as dimensões de atuação (ensino, pesquisa e orientação) e de todos os índices de resultados (teses ou dissertações, publicações) próprios da pós-graduação. Um programa de excelência deve ter contribuição efetiva na produção de conhecimento no campo da Comunicação Social, da Ciência da Informação e da Museologia, efetiva capacidade de formar pesquisadores e professores e inserir sua produção intelectual, sua pesquisa, sua

oferta letiva e sua formação de pesquisadores na área de conhecimento onde o mesmo está abrigado.

2. Quanto ao corpo docente

a) Existência de uma equipe consistente de professores contratados pela instituição, com vínculo e dedicação compatíveis com o núcleo Permanente, suficiente em volume e experiência para a execução das atividades fundamentais de pesquisa, orientação e ensino de modo que nisso não se configure dependência de docentes com outro tipo de contrato, vínculo ou dedicação. O Corpo Permanente, portanto, deve ser suficiente e adequado em volume (cf. item d do quesito 3) e capacitação, constituindo-se qualquer outro conjunto de docentes em força e capacidade agregada à equipe básica de execução da proposta.

b) O Corpo Permanente deve representar pelo menos 70% do corpo docente total. Em consonância com o § 1º do inciso V do Art. 2º da Portaria 068 de 03/08/2004, admite-se que até 30% dos docentes permanentes estejam enquadrados nas condições especiais previstas pelas alíneas a, b e c do inciso IV do caput do mesmo Artigo (aposentados mantidos em atividade, bolsistas pró-doc, pós-doutorandos e assemelhados).

c) O Corpo Permanente deve ser, preferencialmente, exclusivo do programa. Justifica-se que um percentual máximo de até 30% desse Corpo possa ser compartilhado entre dois programas de uma mesma instituição ou de instituições diferentes – apenas quando se verificar a totalidade das condições seguintes: i) a participação do(s) docente(s) compartilhado(s) no programa em avaliação incluir todas as atividades específicas da pós-graduação (pesquisa, orientação, ensino e produção e intelectual); ii) houver uma clara indicação das atividades de pesquisa e produção intelectual específicas do programa em avaliação.

d) Os docentes do Corpo Permanente devem ser, na sua totalidade, doutores. Exceções, quando couberem, devem ser justificadas;

e) A distribuição por tempo de titulação também deverá ser valorizada.

f) Deve haver diversidade de instituições de titulação da equipe docente: i), no sentido de evitar a concentração na formação, os docentes devem preferencialmente titular-se em programas diferentes daqueles em que trabalham; ii) no sentido de facilitar a diversificação de formações, docentes devem preferencialmente titular-se em instituições diversas entre si. Na avaliação desse aspecto levar-se-ão em consideração tanto as instituições de obtenção do título de

doutor quanto as instituições em que se realizaram estágios de doutoramento (“doutorado-sanduíche”) e treinamento pós-doutoral.

g) A equipe docente deve reunir especialidades suficientemente abrangentes de forma a cobrir a(s) área(s) de concentração e linhas de pesquisa do programa. Por outro lado, a(s) especialidade(s) do docente deve(m) ser de tal modo clara(s) que se possa reconhecer sua específica inserção na linha de pesquisa e a coerência da sua orientação e da sua atividade didática.

h) Adequada política de professores e/ou pesquisadores visitantes, garantindo-se a presença de idéias, experiências, teorias e modelos de pesquisas novos, sem que isso, todavia, configure dependência de docentes externos. Presença de examinadores externos ao programa em todas as bancas de avaliação de trabalhos finais.

i) Os orientadores devem estar envolvidos nas atividades de pesquisa e ensino do programa. Preferencialmente, para o mestrado, e necessariamente, para o doutorado, os orientadores devem estar titulados e vinculados às atividades de pós-graduação em sentido estrito há pelo menos três anos.

j) A oferta de disciplinas no período da avaliação deve mostrar uma participação equilibrada da equipe docente do Corpo Permanente.

k) Deve haver compatibilidade entre carga horária média na graduação e na pós-graduação. A orientação de pesquisas na graduação (incluindo IC e trabalhos de conclusão de curso de graduação) é valorizada. Considera-se critério de excelência quando o limite superior de dedicação à graduação se situa em 30% da carga horária. Para o cálculo da carga horária na graduação acrescenta-se às horas/aula sob responsabilidade do docente 1 hora/semana por orientação de TCC e 2 horas/semana por orientação de IC. No caso dos PPGs que não têm inserção na graduação, deve-se valorizar a orientação de IC, estágio em docência, etc.

l) Todos os docentes do Corpo Permanente devem estar envolvidos em projetos de pesquisa inseridos de forma coerente e fecunda no interior das linhas de pesquisa e na(s) área(s) de concentração; as atividades de pesquisa devem estar distribuídas de forma coerente e equilibrada pela(s) área(s) de concentração e linhas de pesquisa.

m) Os projetos de pesquisa devem ser descritos de forma clara e completa, explicitando o estágio de desenvolvimento no qual os mesmos se encontram ao final do ano em avaliação. Deve haver uma proporção adequada entre o número de projetos de pesquisa e a dimensão do corpo docente. Cada docente deve

coordenar ou participar de um projeto de pesquisa em andamento. A participação eventual em mais de um projeto é válida, desde que não haja dispersão de atividades. Um docente não deve coordenar mais de um projeto de pesquisa – exceções devem estar explicitamente justificadas.

n) Deve haver vinculação entre a pesquisa discente e o projeto e/ou linha de pesquisa do docente que o orienta.

o) Será valorizada a existência de pesquisa em ambientes de cooperação (grupos de pesquisa e pesquisas associadas).

p) Será valorizada a existência de suporte para a difusão da pesquisa realizada pela comunidade científica da área (em particular Periódico Científico).

3. Quanto ao corpo discente, teses e dissertações

a) O fluxo de estudantes deve ser equilibrado, considerando-se um fluxo adequado aquele em que 60% dos que ingressem no programa sejam titulados ao fim do período regular de formação. Será considerado como atenuante legítimo desse critério as não-titulações de matriculados que forem decorrentes de iniciativas de desligamento realizadas pelo programa, que forem realizadas dentro de um projeto pedagógico coerente com a sua proposta, nos dois primeiros semestres de vinculação do estudante ao programa e forem consignadas de forma clara na parte descritiva do relatório Capes.

b) Os titulados devem preferencialmente ter sido orientados por docentes do Corpo Permanente. Será caracterizada dependência de orientadores externos quando o número de titulados orientados por professores externos a esse núcleo ultrapassar 30% do total dos titulados no período

c) As titulações devem ser vinculadas à área de concentração e linha de pesquisa do orientador.

d) A dimensão do Corpo Permanente com relação ao volume de alunos será considerada adequada quando se respeitarem os seguintes parâmetros: i) em programas cujo Corpo Permanente dedique-se integral e exclusivamente ao mestrado/doutorado, 1 docente para cada 12 discentes ou 10 orientandos; ii) em programas cujo Corpo Permanente dedique até 60% da sua carga horária ao mestrado/doutorado, 1 docente para cada 7 discentes ou 6 orientandos. Em todo o caso, deve-se assegurar que a dimensão do Corpo Permanente seja suficiente para a orientação e acompanhamento de todos os alunos e para a execução da estrutura curricular.

e) A produção discente não deve se limitar a dissertações e teses, sendo também valorizadas publicações em periódicos, livros e capítulos de livros, apresentações de trabalho, textos completos em anais de congressos, atividades técnicas e artísticas etc., desde que vinculadas às atividades específicas de formação desenvolvidas no programa.

f) A faixa que caracteriza o critério de excelência será estabelecida com base na distribuição obtida no conjunto de programas.

g) a qualidade das teses e dissertações será aferida por indicadores indiretos, tais como: i) prêmios recebidos; ii) - publicações a elas vinculadas; qualidade das bancas examinadoras, que devem incluir membros externos (mínimo um para o Mestrado e dois para o Doutorado); sua vinculação às áreas de concentração e linhas de pesquisa dos programas, de acordo com o resumo e as palavras-chave.

h) A média da duração da titulação discente não deve ultrapassar 30 meses para o mestrado e 50 meses para o doutorado. Para fins de qualificação da excelência, considerar-se-á apenas o tempo médio de titulação, desprezando-se os índices do tempo médio de titulação de bolsistas, tempo médio de bolsa e tempos médios de titulação de bolsistas em relação ao tempo médio de titulação de não bolsistas.

4. Quanto à produção intelectual

a) A produção intelectual em geral deve ser de boa qualidade, regular e distribuir-se de forma equilibrada pela totalidade da equipe docente, tomando-se como base o Corpo Docente Permanente.

b) No caso da publicação, será considerado indício de excelência o número de dois títulos em artigos e/ou capítulos de livros ou um livro publicado por ano por professor do programa. Para efeito de julgamento, a avaliação considerará prioritariamente aquela consignada em periódicos científicos e livros, com a seguinte ponderação: livro científico completo (2,0); capítulo em coletânea científica (1,0); livro didático (1,0); artigo em periódico científico (1,0); re-edição revisada de livro científico (1,0); organização de coletânea científica (0,5). O índice de excelência adotado no triênio será, portanto, a média de 2,0 títulos por docente/ano.

c) A avaliação da publicação qualificada será feita a partir da seguinte ponderação:

Artigo em periódico Qualis Internacional A = 7
Artigo em periódico Qualis Internacional B = 6
Artigo em periódico Qualis Internacional C = 5
Artigo em periódico Qualis Nacional A = 4
Artigo em periódico Qualis Nacional B = 3
Artigo em periódico Qualis Nacional C = 2
Artigo em periódico Qualis Local A a C = 1
Artigo em periódico sem Qualis = 0
Capítulo em livro internacional = 6
Capítulo em livro nacional = 4
Organização de coletânea nacional = 4
Organização de coletânea internacional = 6
Livro nacional – texto integral = 10
Livro internacional – texto integral = 14
Livro didático nacional = 8
Tradução de livro = 4
Tradução de artigo = 1

Observação: para as áreas de Ciência da Informação e Museologia, computam-se também os textos completos publicados em anais de congresso, desde que estes tenham ISBN ou ISSN.

Sobre estas ponderações podem ser aplicados redutores ou complementações, dependendo de características tais como tratar-se de publicação interna ao Programa, do processo de seleção por comissões acadêmicas, da reputação pública da obra, do lugar da edição da publicação internacional, ou outros motivos ad-hoc. Os motivos da aplicação de redutor ou complementação devem ser sempre explicitados.

Levando-se em conta o parâmetro de inserção na área de conhecimento e/ou de concentração do Programa (ver item “e” do quesito 1) considera-se que os títulos válidos como produção intelectual, mas sem vinculação de área, serão computados com índice redutor de ponderação, até o máximo de 30% do total de títulos produzidos. Títulos não vinculados acima dessa proporção não serão computados.

Para evitar que a pontuação qualificada assim definida seja distorcida por eventual grande quantidade de itens com reduzido valor qualitativo, como, por exemplo, em periódicos Qualis Locais (preocupação expressa pela área como podendo levar a um mero “produtivismo quantitativo”), o indicador utilizado não é diretamente o total de pontos por docente, mas sim o *valor médio qualitativo da unidade de*

publicação, resultante da divisão do total de pontos obtidos pelo número de itens publicados – o que assegura uma comparação mais objetiva entre os programas.

d) A faixa que caracteriza o critério de excelência deverá ser estabelecida a posteriori, por comparação entre os valores médios qualitativos da unidade de produção dos programas da área.

e) Produção técnica - critérios a serem gerados pelas comunidades científicas das áreas de Comunicação, Ciência da Informação e Museologia.

f) Produção artística - critérios a serem gerados pelas comunidades científicas das áreas de Comunicação, Ciência da Informação e Museologia.

5. Quanto à inserção social

As relações do Programa com outras IES e PPGs devem se manifestar através de convênios e acordos de cooperação que visem o desenvolvimento da pesquisa e da pós-graduação. Serão avaliadas ações que resultem em formação profissional, projetos de pesquisa conjuntos, publicações conjuntas, organização de eventos acadêmicos, projetos de extensão etc.

A existência de página WEB é fundamental para a visibilidade e a transparência do Programa e deve conter informações atualizadas como: corpo docente, proposta e estrutura do Programa, linhas e projetos de pesquisa, financiamentos, produção bibliográfica. As teses e dissertações devem estar disponibilizadas na íntegra.

4. DOCUMENTOS ESPECÍFICOS DE CADA UMA DAS ÁREAS

Terminado o processo de avaliação, emerge um quadro bastante revelador do estado da pós-graduação *sensu stricto* nas áreas de Comunicação, Ciência da Informação e Museologia, onde se pode divisar de maneira bastante nítida os diferentes estágios de consolidação dos diversos aspectos dos programas, bem como as suas deficiências principais, e de onde se podem retirar indicações das perspectivas das áreas e das políticas que precisariam ser sistematicamente implementadas para a plena consolidação destas. Este quadro foi objeto de uma consideração específica de cada uma das sub-comissões, nos termos em que se verá em seguida.

4.1 - Museologia

Tendo em vista que o único curso funcionou por um único semestre no triênio, ainda não há informações suficientes para embasar um diagnóstico ou delinear tendências. A área demonstra muito iniciativa no estabelecimento de interlocuções nacionais e internacionais, mas o resultado desta interlocução ainda não pôde ser avaliado. Espera-se, no entanto, que no próximo triênio surjam outras propostas de PPG em Museologia, condição *sine qua non* para que a área adquira maior visibilidade, massa crítica e diversidade de correntes de pensamento, indispensáveis à construção do conhecimento.

4.2 – Ciência da Informação

Os 8 programas avaliados distribuem-se da seguinte maneira: 3 cursos de mestrado (PUC/CAMP, UFBA e UFSC) e 5 programas de mestrado e doutorado (UFF, UFMG, UnB, UNESP e USP). Os mestrados da PUCCAMP, UFMG e UnB iniciaram suas atividades na década de 70 e os doutorados da UFMG e UnB na década de 90. A partir de 2000, UFBA, UFSC e UNESP iniciam seus mestrados, sendo que em 2006 a UNESP inicia o doutorado. No mesmo ano o programa da USP inicia sua atividade autonomamente, visto que até aquele momento o mesmo constituía uma área de concentração no PPG de Comunicação daquela instituição. Finalmente, cabe ainda assinalar que o programa identificado neste triênio como pertencendo à UFF resulta de um convênio estabelecido entre aquela IES e o IBICT, e que no triênio anterior ainda foi avaliado em função de um convênio entre o IBICT e a UFRJ: trata-se, portanto, de um programa que também nasceu na década de 70, mas que mudou, no último triênio, de vinculação institucional.

4.2.1 – Diagnóstico do desempenho da área

Os programas de Ciência da Informação comportam, no final de 2006, um corpo docente de 135 docentes, 94 dos quais compondo o núcleo permanente dos mesmos. Neste sentido é possível perceber um crescimento numérico importante da área, pois no final de 2003 os 7 programas credenciados à época contavam com 83 docentes, 64 dos quais no corpo permanente. Já em 2000 os 5 programas reconhecidos contavam 56 docentes, 39 dos quais no núcleo permanente. Assim sendo, no triênio o número de programas subiu de 7 para 8 e o número de docentes permanentes passou de 64 para 94, um aumento de 46%

No triênio os programas titularam um total de 288 mestres e 61 doutores em Ciência da Informação. Também neste aspecto ocorreu um aumento quantitativo,

pois no triênio anterior os programas formaram 228 mestres e 43 doutores. Na média, 96 mestres e 20 doutores foram formados por ano, entre 2004 e 2006, sendo que no triênio anterior estas médias se situavam entre 76 mestres e 14 doutores por ano.

A área cresceu no triênio, tanto do ponto de vista quantitativo (cf. tabelas iniciais) quanto qualitativo. A melhoria é notável, muito embora certa timidez continue caracterizando os programas, timidez esta que se revela tanto nos aspectos quantitativos quanto em suas atitudes na captação de recursos, estabelecimento de parcerias entre os programas e convênios – internacionais - em mão dupla, além de iniciativas para ampliar o leque de oportunidades para publicação.

A avaliação do triênio revela dois pontos extremamente positivos, um certamente decorrente do outro, a saber, uma consistência epistemológica muito maior e uma conseqüente concentração de atividades (pesquisa, publicações, orientações) na área de Ciência da Informação. A tendência a uma inserção cada vez mais clara das atividades no campo interdisciplinar da Ciência da Informação já fora notada por ocasião da avaliação do triênio anterior, consolidando-se neste triênio. Algumas (poucas) exceções à parte, os corpos docentes dos programas vêm se dedicando à produção de conhecimento em Ciência da Informação, com matizes e vieses diferenciados, mas sempre inseridos na área.

Nota-se claramente, nas pesquisas sob responsabilidade dos docentes, nos temas de dissertações e teses e na produção bibliográfica, a preocupação em relação aos seguintes aspectos:

- o aprofundamento de reflexões sobre temáticas iniciadas em anos anteriores;
- a reflexão sobre o impacto (tanto positivo quanto negativo) da tecnologia da informação nos produtos e serviços de informação, mas também uma discussão mais filosófica a respeito da constituição da área e o papel nela desempenhado pela tecnologia;
- a afirmação do sentido social da informação e dos equipamentos culturais que, de formas as mais diversas, objetivam aumentar o acesso à informação, visando o progresso social e o bem-estar do homem em sociedade.

As preocupações acima delineadas resumem a produção do conhecimento elaborada pelos PPGs de acordo com uma definição ampla da Ciência da Informação, qual seja, o estudo da produção, distribuição e utilização da informação institucionalizada, visando sua circulação social. As interfaces com outras áreas do conhecimento estão presentes, particularmente com a computação, sociologia, educação, ciências cognitivas, lingüística, lógica e história da ciência.

Pode-se concluir, portanto, que a área amadureceu, enfatizou menos sua necessidade de afirmação de uma identidade para priorizar as pesquisas que

objetivam propor soluções para os – imensos – problemas colocados pelo acesso à informação na contemporaneidade.

Os programas implantaram alguns ajustes em sua estrutura ao longo do triênio, de modo a melhor delimitar suas linhas de pesquisa, o escopo da área de concentração ou a estrutura curricular, não se notando, neste aspecto, nenhuma modificação drástica que possa afetar o desenho da área como um todo.

No que diz respeito aos projetos de pesquisa sob responsabilidade dos docentes, deve-se assinalar que seu preenchimento continua demandando uma maior atenção por parte dos programas, particularmente no detalhamento de objetivos perseguidos e resultados alcançados, além da explicitação do vínculo com publicações e orientações. Nota-se, ainda, a ocorrência de docentes permanentes não vinculados a projetos de pesquisa, o que é considerado fato grave do ponto de vista da avaliação CAPES.

No triênio anterior já se notou um esforço meritório de incentivo à publicação e a organização de coletâneas. Pode-se afirmar que neste triênio a tendência se manteve, constatando-se tanto a criação de periódicos eletrônicos que possam tornar pública a produção dos docentes quanto a organização de novas coletâneas. Mas a produção de livros monográficos, quase inexistente até então, começa a se fazer presente, denotando um aprofundamento e uma verticalização no tratamento de temas pertinentes à área. Muito embora, como explicitado anteriormente, os docentes permanentes ainda publiquem, em média, abaixo do patamar de excelência da área, a produção vem crescendo e gerando um problema até então desconhecido: os periódicos científicos existentes não são hoje suficientes para dar vazão a uma produção qualificada. Esta é mais uma razão pela qual a comissão de avaliação considerou não poder cobrar uma produtividade muito maior dos docentes, uma vez que há inúmeros relatos de textos aprovados para publicação que acabam sendo publicados com grande atraso ou então textos recusados em função de prioridades estabelecidas pelos periódicos no que diz respeito a uma limitação de páginas por volume ou fascículo. Esta questão requer uma análise criteriosa por parte da associação científica e das agências de fomento.

4.2.2 - Recomendações

Os PPGs continuam respondendo positivamente às avaliações, participando ativamente das discussões acerca dos critérios de avaliação e almejando imprimir uma maior dinâmica em suas atividades. No entanto, em relação à consistência das propostas, ainda há espaço para melhorias, particularmente no enunciado das ementas de área de concentração e linhas de pesquisa. Se a pesquisa sob responsabilidade dos docentes deixou de ser caracterizar pela modalidade do

“estudo de caso”, seu potencial generalizante não é sempre evidenciado, como seria desejável.

Os livros e as coletâneas produzidos nos dois últimos triênios forneceram uma biblioteca básica para o ensino de graduação e bibliografia para iniciantes na pós-graduação, o que é muito positivo, mas ainda há espaço para a produção de manuais didáticos, que certamente seriam de imensa valia para insemear o ensino de graduação, além da ampliação na produção de monografias.

Conforme sugerido no documento de área da avaliação 2001/2003, naquele momento era possível entrever a finalização de um ciclo no qual o corpo docente da graduação foi sendo titulado. Neste triênio a diversificação de temas e candidatos à pós-graduação deixa muito claro que a pós-graduação em Ciência da Informação, hoje, forma pesquisadores com perfis, formações de origem e vinculações institucionais muito diversificadas, quadro este que enriquece a pesquisa, diversificando-a e ampliando o leque de temáticas estudadas uma vez que menos restritas à necessidade de titulação do corpo docente da graduação. Esta situação, no entanto, envolve uma questão que merece atenção: corre-se o risco de formar pesquisadores oriundos de outras áreas que retornem para suas áreas de origem, não contribuindo de forma duradoura para o fortalecimento da Ciência da Informação. O resultado desta situação fica evidenciado quando, diante da expansão da graduação, se abrem processos seletivos para docentes, com titulação de doutorado, para atuação em cursos de graduação e/ou pós-graduação da área e se constata a ausência de candidatos titulados em Ciência da Informação. Ainda há, portanto, necessidade de uma formação intensiva de doutores na área, de modo a fortalecer tanto os cursos de graduação, quanto a pós-graduação e a pesquisa. Acresce a necessidade de um fortalecimento da pós-graduação em Ciência da Informação nas regiões norte e nordeste do país, que contam atualmente com um único mestrado (UFPB), que iniciou suas atividades em 2007, razão pela qual ainda não participou da avaliação trienal que ora se encerra.

Como nota otimista cabe ressaltar que, após o triênio em análise, a área passa a contar com um primeiro mestrado profissional (UEL) e que um DINTER entre a UFMG e a UFPB deve acelerar a formação de doutores tanto na UFPB quanto na UFPE. Os resultados destas duas iniciativas deverão constar da avaliação do próximo triênio.

O acompanhamento de egressos da pós-graduação, difícil na prática, deve, no entanto, ser aprimorado, pois fornecerá um indicador precioso sobre a função social dos PPGs.

4.2.3 – Resultado da avaliação

Apesar da implantação da nova ficha de avaliação, que atribui um peso maior aos resultados em detrimento dos meios para alcançar estes, nota-se uma melhoria geral no SNPG em Ciência da Informação neste triênio.

4.3 – Comunicação

4.3.1 – Diagnóstico do desempenho da área

A área de Comunicação progrediu no triênio em praticamente todos os requisitos da Pós-Graduação. Já se apontou em outra parte deste documento o considerável crescimento do número de Programas, dos cursos de Doutorado e do número de titulados por ano. Além desses aspectos, há evidência de crescimento importante em aspectos fundamentais, como o número de publicações qualificadas, publicação com inserção internacional, participação dos discentes na publicação dos Programas, cooperação e intercâmbio científico de bom nível.

Além disso, cabe destacar a cada vez mais visível consolidação das políticas adotadas na área nos últimos anos voltadas para assegurar que a produção científica e as atividades de formação realizadas pelos e nos Programas de Pós-Graduação de Comunicação se destinem de forma decisiva a produzir conhecimento e a preparar pesquisadores e docentes com inserção clara no campo da Comunicação Social. Tais políticas representaram um alto investimento em ajustes e reformulações, a que se dedicaram, sem exceção, todos os Programas da área neste triênio. O resultado está se produzindo na forma de uma virada fundamental, cuja característica mais marcante no período foi a transformação dos Programas em fecundos canteiros de obras. O retorno dos investimentos feitos com alto custo é um foco de área muito maior do que no passado, a formação de grupos e atividades de pesquisas mais centradas na Comunicação e, sobretudo, uma pesquisa muito mais voltada para produzir o conhecimento científico sobre a Comunicação de que a área e o país tanto precisam.

Os quesitos relacionados à configuração e capacitação do corpo docente, às atividades de formação (estrutura e oferta curricular e atividade de orientação) e ao corpo discente (dimensão, orientação e fluxo) mantiveram a tendência positiva registrada nas últimas avaliações e, salvo raras exceções, pode-se dizer que os Programas da área estão consolidados com relação a estes aspectos. A dimensão do corpo docente e do núcleo de professores permanentes é em geral adequada e os problemas que persistem sob este aspecto são claramente localizados. Para se ter

uma idéia das mudanças ocorridas neste campo, observe-se que no triênio 2001/2003 existiam 139 professores colaboradores e visitantes para um corpo de 417 docentes (33%), ou seja, número ligeiramente acima do padrão de excelência da Área que determina um máximo de 30% de colaboradores. Já no triênio 2004/2006, são 80 professores colaboradores e visitantes para um corpo de 384 docentes. Ou seja, passamos para 27% de colaboradores. Em outras palavras, em três anos o corpo docente total dos PPGs diminuiu de 417 para 384, enquanto aumentou o número de docentes permanentes que passou de 278 para 304 (ver tabelas 1 e 2).

Ressalte-se, ainda, que, com a generalização das políticas de orientação voltadas para acompanhar os estudantes desde o seu ingresso no curso, melhoram a qualidade das dissertações, o fluxo de discentes e a vinculação da pesquisa discente àquela docente.

Na avaliação passada ainda se notavam quesitos em que, embora os programas alcançassem normalmente índices quantitativos muito expressivos, eram consideravelmente prejudicados por problemas de pertinência à área de conhecimento. Tal era o caso de quesitos como produção intelectual e teses e dissertações, atingidos seriamente em alguns Programas pela aplicação do critério de pertinência. Nesses casos, o desempenho dos programas era prejudicado em razão da dispersão temática de parte da sua produção. Este problema diminuiu sensivelmente no triênio e se nota que uma série de medidas foi tomada para garantir a inserção de área. Com isso, a dispersão temática perde importância como fator de desqualificação de quesitos importantes da área e ainda atinge volumes relevantes apenas em Programas isolados, mais precisamente naqueles em que os ajustes empreendidos ainda não foram suficientes ou não foram implementados com a velocidade necessária.

A atividade de pesquisa manteve-se por muito tempo como o quesito problemático na área de conhecimento. Mesmo aqui, contudo, houve claros progressos, embora os esforços de ajustes devam ainda prosseguir. A designação e descrição dos projetos em geral ganharam em qualidade e clareza, os projetos mesmos são mais qualificados e aumentou substancialmente o nexos entre os temas e objetos das investigações, a estrutura de pesquisa configurada em áreas de concentração e linhas de pesquisa, e a oferta curricular ou da publicação docente. Tudo isso aponta para uma melhora considerável na cultura de pesquisa da área, resultado da adoção de políticas e de instâncias internas de controle e avaliação da pesquisa. Notam-se, como efeito, o aumento da competitividade da área (em Editais Universais, Pronex, Procad, Editais de Cooperação Internacional, etc.), o aumento de grupos de pesquisa produtivos e qualificados e a formação de especialidades mais claras e consistentes no interior dos Programas. O intercâmbio com instituições estrangeiras foi incrementado no triênio, mas ainda resta a superar

aquela que permanece uma tendência arraigada na área, qual seja, a de limitar esses intercâmbios à vinda de pesquisadores do hemisfério norte para ministrar cursos de curta duração e proferir palestras. São poucas as convenções que implicam, efetivamente, o desenvolvimento de pesquisas conjuntas, acordos de cooperação de mão dupla em que a participação do pesquisador nacional se dê através de sua participação em grupos de pesquisa interinstitucionais, de publicações em co-autoria, participação em bancas de mestrados e doutorados, orientações e co-orientações de pós-graduandos etc.

Neste mesmo horizonte, tornou-se praticamente coisa do passado, na área, determinadas práticas ainda muito comuns há poucos anos, como a existência de orientadores que não pesquisavam ou um número excessivo e descontrolado de projetos declarados nos relatórios anuais. Vê-se claramente que a política adotada universalmente na área transformou o corpo docente dos programas, integralmente, em um corpo de pesquisadores, de forma que é felizmente rara hoje em dia a presença de docente sem atividade de pesquisa. Ademais, houve claro controle interno na atividade de pesquisa, tendo como resultado imediato um volume mais coerente de projetos em andamento em cada Programa.

Por outro lado, em alguns casos, essa pesquisa ainda pode receber desenvolvimentos no que se refere a: a) especificidade de objeto (por contraste a temas excessivamente amplos e vagos); b) objetivos claramente expressos (por contraste e investigações difusamente exploratórias); e c) maior clareza metodológica (por contraste a tratamentos excessivamente comandados por uma abordagem temática). Além disso, uma explicitação mais clara e bem focada em objetivos e abordagem ampliaria a clareza dos sumários informados nos relatórios.

Manteve-se, com reforço, a tendência já apontada na avaliação passada, de os Programas reagirem rapidamente à avaliação e ao acompanhamento realizado pela Capes e empregarem os critérios e princípios adotados para a avaliação na área como elementos orientadores de políticas de qualificação. Verifica-se, antes de tudo, um movimento constante de atualização e melhora em praticamente todos os aspectos dos programas como reação a observações, sugestões ou recomendações apresentadas pelos comitês científicos da área. Políticas adotadas para garantir a pertinência de área, a qualidade da pesquisa e da publicação e ajustes nas estruturas de pesquisa e formação tornaram-se comuns em toda a área. No triênio, surgiram, conseqüentemente, linhas de pesquisas mais consistentes e efetivas, instâncias internas de avaliação das pesquisas, regras e instâncias para credenciamento de orientadores do corpo docente, ajustes nas estruturas curriculares e várias outras medidas destinadas a qualificar praticamente todos os Programas. O resultado é que, em média, a área neste triênio está mais forte, mais consistente e mais competitiva do que jamais esteve.

4.3.2 - Recomendações

A área vem encaminhando de forma apropriada a resolução de dificuldades que iam de encontro aos fundamentos de adequadas práticas de ciência e pós-graduação. Tornou-se, deste ponto de vista, mais consistente e mais competitiva. Estabelecidos os fundamentos, precisa, antes de tudo, manter o rumo e as iniciativas de ajustes, para que as práticas se sedimentem numa adequada cultura científica. Precisar, ademais, avançar agora para patamares ainda mais qualificados, adotando princípios cada vez mais exigentes.

Os requisitos fundamentais para uma pós-graduação consistente foram rapidamente alcançados nos últimos nove anos, com destaque para o último triênio. As exigências de qualidade do sistema, entretanto, precisam colocar patamares sempre mais altos. Neste momento, a meta da área deve ser voltada para alcançar uma configuração do seu desempenho (publicação, teses e dissertações...) e da sua atuação (orientação, ensino e pesquisa) compatível com o melhor padrão internacional da área. Como parte integrante, mas não exclusiva, deste empreendimento deve a área buscar um volume maior de publicação internacional e de intercâmbios internacionais ativos e maduros. A produção bibliográfica publicada fora de nossas fronteiras ainda é incipiente e mal distribuída, tanto entre os Programas quanto no interior daqueles em que ela se manifesta de maneira mais confirmada. A presença da pós-graduação brasileira de Comunicação no cenário internacional mais competitivo está aquém da capacidade instalada no seu sistema de pós-graduação. Certamente, a pós-graduação de Comunicação do Brasil atingiu um patamar médio bastante superior ao da América Latina e de alguns países da Europa. Precisa, entretanto, aproximar-se mais rapidamente dos sistemas centrais da área da Comunicação no mundo, aproximação essa que deve ir bem além da tradicional participação em eventos internacionais e da vinda de pesquisadores desses centros, pois só assim pode-se garantir uma maior inserção da sua publicação nesses sistemas.

Por outro lado, como o melhor padrão internacional não se reduz à inserção internacional da publicação, se bem que a suponha, é preciso qualificar o “dever de casa” no melhor patamar. O aspecto mais importante a merecer a atenção e o cuidado da área no futuro diz respeito à qualidade da publicação. Há alguns anos, o volume de publicação docente e discente era uma preocupação da maior parte da área, porque o patamar de dois títulos por ano parecia, a tantos, excessivamente exigente. Hoje são raros os casos de orientadores que não superem com folga este limite. Não se deve, a este ponto, encorajar uma política orientada pelo princípio de que em publicação científica “o mais é o melhor”. Melhor é publicar em periódicos e coletâneas de excepcional qualidade ou publicar livros de referência. Campos científicos fortes só se formam se a publicação for competitiva, em poucos

e excelentes veículos que todos lêem e citam. A área de Comunicação tem um excessivo número de periódicos, o que torna parte da produção intelectual publicada em condições de baixa competição (há sempre uma revista onde publicar o meu artigo) e, conseqüentemente, não lida pelos pesquisadores de ponta. Com o sistema Qualis implantado e funcionando a qualificação da publicação fica evidente e a área precisa melhorar consideravelmente sob este aspecto. Coletâneas sem rigorosa seleção editorial e periódicos com baixa competitividade (Nacional C e Local A, B e C, por exemplo) precisam ser evitados a todo custo. Deve-se buscar, por outro lado, investir com maior decisão na publicação da literatura científica de referência para a área de Comunicação Social, principalmente em livros monográficos altamente qualificados. Superar esta última barreira de qualidade deve ser uma meta comum da área no próximo triênio.

Uma vez estabelecidos os cursos 5 e em conformidade com as determinações da Capes, o comitê reexaminou estes programas na perspectiva de promovê-los às classes imediatamente superiores. Os oito programas, todos com cursos de Mestrado e Doutorado, foram avaliados à luz do documento Perfil dos Cursos 6 e 7, aprovado pela área de avaliação. O comitê considerou que nenhum dos cursos 5 da área reúne, ainda, condições de ascender à classe dos programas 6 e 7, pois, embora atinjam a excelência na maior parte dos quesitos analisados, não possuem ainda aquele diferencial de qualidade e aquela consistência diferenciada em sua performance que autorizariam uma promoção justa e adequada. Na verdade, faltam às nossas áreas ainda alguns requisitos fundamentais para que os seus Programas de excelência alcancem um patamar de desempenho compatível com o melhor padrão internacional das áreas de Comunicação ou Ciência da Informação. No caso de alguns programas das duas áreas, a passagem para tais níveis é uma questão de realização de alguns ajustes e de implementação de certas políticas, devidamente indicadas nas Fichas de Avaliação e neste Documento de Área, que certamente produzirão, muito brevemente, a consolidação nos patamares adequados para a promoção.